

**PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS**

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**LEI Nº. 6.541****DE 16 DE JULHO DE 2019**

Altera dispositivos da Lei nº. 4.954, de 29 de junho de 2005, e suas alterações que dispõe sobre a organização do Regime de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ourinhos e dá outras providências.

A **Câmara Municipal de Ourinhos**, aprovou em sessão do dia 15 de julho de 2019 eu, Prefeito Municipal em Exercício, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera inciso I e acrescenta § 5º., ao art. 13 da Lei nº. 4.954, de 29 de junho de 2005, que dispõe sobre a reorganização do Regime de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ourinhos, com a seguinte redação:

“CAPÍTULO III**Da Base de Cálculo das Contribuições****Art. 13. [...]**

I - a parcela recebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou função de confiança, não havendo possibilidade incorporação, prevista em legislação específica.

.....

§ 5.º Ainda que não tenha ocorrido lapso legal necessário à eventual incorporação, quaisquer verbas que poderão ser incorporadas ao salário do servidor por força de legislação específica será base de contribuição previdenciária, para fins do caput.”

Art. 2º. O § 2º do art. 77 da Lei nº. 4.954, de

29 de junho de 2005, que dispõe sobre a reorganização do Regime de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ourinhos passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 77. [...]

.....

§ 2º. Os representantes que integrarão os órgãos de que trata o “caput” deste artigo, serão escolhidos dentre pessoas com formação superior em uma das seguintes áreas: seguridade, administração, economia, finanças, contabilidade, direito ou de reconhecida capacidade e experiência comprovada para o encargo.”

.....

Art. 3º. O art. 83 e o inciso VII do art. 87 da Lei nº. 4.954, de 29 de junho de 2005, que dispõe sobre a organização do Regime de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ourinhos, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 83. A Diretoria Executiva possui composição disposta nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº. 480, de 04 de julho de 2006 e seus anexos.

Art. 86 [...]

.....

VII - autorizar conjuntamente com o Diretor Financeiro, as aplicações e investimentos bem efetuados com os recursos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ourinhos, bem como os classificados como patrimônio geral do IPMO, observado o disposto no art. 78 e seguintes;”

.....

Art. 4º. Fica criado o art. 90-C, acrescido dos §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º., na Lei nº. 4.954, de 29 de junho de 2005, que dispõe sobre a organização do Regime de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ourinhos, com a seguinte redação:

“Art. 90-C. O exercício do cargo de Conselheiro do IPMO será gratificado à razão de 05 (cinco) Unidade Fiscal Municipal - UFM mensais, pela verba denominada “jeton” desde que o Conselheiro não

possua faltas injustificadas nas reuniões ordinárias e extraordinárias a que tenha sido convocado e que possua a certificação CPA-10.

§ 1º. O jeton estabelecido no parágrafo anterior não se incorporará ao patrimônio pessoal do servidor para qualquer efeito, e nem gerará qualquer vínculo ou direito adicional em favor do Conselheiro.

§ 2º. Somente será autorizado o pagamento de um jeton mensal, independente da participação concomitante do conselheiro em mais de um Conselho ou Comitê.

§ 3º. Será autorizado o pagamento do jeton nos termos do artigo acima a membros efetivos dos Conselhos de Administração, Fiscal, bem como os membros do Comitê de Investimento.

§ 4º. Na ausência da certificação CPA-10, o pagamento do jeton será autorizado mediante as condições do art. 90-C, a razão de 03 (três) Unidade Fiscal Municipal - UFM mensais."

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, suplementadas se necessário, e por conta de Crédito Adicional Especial.

Art. 6º. Revoga-se o art. 87 da Lei nº. 4.954, de 29 de junho de 2005.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ourinhos, 16 de julho de 2019.

PAULO CÉSAR FERREIRINHA TESTA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração, na data supra.

JOAQUIM LUIS VASSOLER

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº. 7.150

DE 16 DE JULHO DE 2019

Regulamenta o Código Tributário do Município de Ourinhos – Lei Complementar nº. 981, de 20 de dezembro de 2017, quanto ao Domicílio Tributário Eletrônico de Ourinhos – DTE e dá outras providências.

PAULO CÉSAR FERREIRINHA TESTA, Prefeito Municipal de Ourinhos em Exercício, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO os dispostos no art. 118, incisos III, VIII e XV, da Lei Orgânica do Município de Ourinhos e a Lei Complementar nº. 981, de 20 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a comunicação eletrônica entre a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças e o sujeito passivo dos tributos municipais por meio do Domicílio Tributário Eletrônico do Município de Ourinhos – DTE, previsto no artigo 23, § 5º da Lei Complementar nº 981, de 20 de dezembro de 2017, às pessoas jurídicas ou equiparadas estabelecidas ou domiciliadas no Município de Ourinhos, sendo que o credenciamento dos contribuintes será definido através de Instruções Normativas a serem publicadas pela Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças.

§ 1º. Para os efeitos deste decreto, consideram-se equiparados à pessoa jurídica:

I - os empresários individuais previstos no artigo 966 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;